Pequenas e Médias Empresas no Brasil

Pequenos Negócios – Conceito e Principais instituições de Apoio aos Pequenos Negócios

Atualmente, no Brasil, há pelo menos três definições utilizadas para limitar o que seria uma pequena ou microempresa.

A definição, mais comum e mais utilizada, é a que está na Lei Geral para Micro e Pequenas Empresas. De acordo com essa lei, que foi promulgada em dezembro de 2006 e atualizada pela Lei Complementar nº 147/2014, as microempresas são as que possuem um faturamento anual de, no máximo, R$ 360 mil por ano. As pequenas devem faturar entre R$ 360.000,01 e R$ 3,6 milhões anualmente para ser enquadradas.

Outros orgãos também utilizam o critério do número de empregados, limitando as microempresas às que empregam até nove pessoas no caso do comércio e serviços, ou até 19, no caso dos setores industriais ou de construção. Já as pequenas empresas são definidas como as que empregam de 10 a 49 pessoas, no caso de comércio e serviços, e 20 a 99 pessoas, no caso de indústria e empresas de construção.

Os órgãos federais, como Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), têm outro parâmetro para a concessão de créditos. Nessa instituição de fomento, uma microempresa deve ter receita bruta anual de até R$ 1,2 milhão; as pequenas empresas, superior a R$ 1,2 milhão e inferior a R$ 10,5 milhões. Os parâmetros do BNDES foram baseados nos parâmetros do Mercosul.

O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) é uma entidade privada que promove a competitividade e o desenvolvimento sustentável dos empreendimentos de micro e pequeno porte.

Há mais de 40 anos, atua com foco no fortalecimento do empreendedorismo, em políticas públicas para a construção de um ambiente mais favorável, na aceleração do processo de formalização da economia, programas de capacitação, acesso ao crédito, mercados e à inovação, estímulo ao associativismo, feiras e rodadas de negócios, também por meio de parcerias públicas e privadas.

As soluções desenvolvidas pelo Sebrae atendem desde o empreendedor que pretende abrir seu primeiro negócio até pequenas empresas que já estão consolidadas e buscam um novo posicionamento no mercado, em uma estratégia de atendimento coletiva e individual.

Para garantir o atendimento aos pequenos negócios, o Sebrae atua em todo o território nacional. Além da sede nacional, em Brasília, a instituição conta com pontos de atendimento nas 27 Unidades da Federação, onde são oferecidos cursos, seminários, consultorias e assistência técnica para pequenos negócios de todos os setores.

O Sebrae Nacional é responsável pelo direcionamento estratégico do sistema, definindo diretrizes e prioridades de atuação. As unidades estaduais desenvolvem ações de acordo com a realidade regional e as diretrizes nacionais. Em todo o País, mais de 7 mil colaboradores diretos e cerca de 10 mil consultores e instrutores credenciados trabalham para transmitir conhecimento para quem tem ou deseja abrir um negócio.

A Secretaria da Micro e Pequena Empresa (SMPE) foi criada pela Lei nº 12.792, de 28 de março de 2013, e fixou as seguintes competências, mediante transferência parcial daquelas que vinham sendo exercidas pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC):

"Art.24-E- À Secretaria da Micro e Pequena Empresa compete assessorar direta e imediatamente o Presidente da República, especialmente:

I - na formulação, coordenação e articulação de:

a) políticas e diretrizes para o apoio à microempresa, empresa de pequeno porte e artesanato e de fortalecimento, expansão e formalização de MPE;

b) programas de incentivo e promoção de arranjos produtivos locais relacionados às microempresas e empresas de pequeno porte e de promoção do desenvolvimento da produção;

c) programas e ações de qualificação e extensão empresarial voltados à microempresa, empresa de pequeno porte e artesanato; e

d) programas de promoção da competitividade e inovação voltados à microempresa e empresa de pequeno porte;

II - na coordenação e supervisão dos Programas de Apoio às Empresas de Pequeno Porte custeados com recursos da União;

III - na articulação e incentivo à participação da microempresa, empresa de pequeno porte e artesanato nas exportações brasileiras de bens e serviços e sua internacionalização.

§ 1º A Secretaria da Micro e Pequena Empresa participará na formulação de políticas voltadas ao microempreendedorismo e ao microcrédito, exercendo suas competências em articulação com os demais órgãos da administração pública federal, em especial com os Ministérios do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, da Fazenda, da Ciência, Tecnologia e Inovação e do Trabalho e Emprego."

O Plano Inova Empresa, desenvolvido pelo Ministério de Ciência e Tecnologia e Inovação, tem por objetivo investir em inovação para elevar a produtividade e a competitividade da economia brasileira por meio da ampliação do patamar de investimentos, do maior apoio para projetos de risco tecnológico e do fortalecimento das relações entre empresas, ICTs e setor público.

O BNDES oferece várias opções de apoio financeiro às micro, pequenas e médias empresas.

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) é a representante da indústria brasileira. É o órgão máximo do sistema sindical patronal da indústria e defende os interesses da indústria nacional e atua na articulação com os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, além de diversas entidades e organismos no Brasil e no exterior.

Representa 27 federações de indústrias e 1.250 sindicatos patronais, aos quais são filiadas quase 700 mil indústrias. Administra diretamente o Serviço Social da Indústria (Sesi), o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) e o Instituto Euvaldo Lodi (IEL). Com eles, compõe o Sistema Indústria, que congrega ainda as federações estaduais de indústrias e os sindicatos patronais.

Atividade empreendedora e ambiente de negócios

No Brasil, pouco mais da metade (55,5%) da população percebe boas oportunidades para iniciarem um negócio na região onde vivem. Somente os Estados Unidos (50,9%) e México (48,9%) têm taxas comparáveis, colocando o Brasil entre os países com as percepções mais positivas relacionadas as oportunidades disponíveis.

Exatamente a metade da população (50%) afirma ter as habilidades e experiências necessárias para se tornar um empreendedor. A proporção de brasileiros com uma percepção positiva de suas capacidades e habilidades de iniciarem um negócio fica próxima à dos EUA (53,3%) e México (53,5%). Além disso, no Brasil, 38% da população,

pessoalmente, conhece um empresário, uma taxa menor do que na China (56%) e México (47,7%), mas superior a encontrada na Alemanha, Índia e EUA.

Verifica-se, também, que para 60,9% dos brasileiros, o medo do fracasso não é uma razão para não começarem um negócio. Esse percentual é um dos menores entre os países comparados aqui. Apenas a Alemanha (36,4%) tem uma taxa menor, enquanto o México (69,7%) China (67,8%), Estados Unidos (67,2%) e a Índia (65,3%) apresentam taxas mais elevadas.

Atividade empresarial

No Brasil, a atividade empresarial em estágio inicial (TEA) é de 17,2% e o coloca em décimo entre as 31 economias orientadas para a eficiência. Esse número é maior do que a Alemanha (5,3%) e os EUA (13,8%), países impulsionados pela inovação. O Brasil também supera a China (15,5%) e Índia (6,6%).

As variações de TEA podem ser parcialmente explicadas pelo contexto cultural. Como nos Estados Unidos, a cultura brasileira é favorável ao empreendedorismo. Na Índia, a cultura é menos encorajadora.

Em geral, o empreendedorismo no Brasil é constituído por negócios básicos, ou seja, aqueles com o objetivo principal de gerar lucro para o próprio empresário, como forma de substituir ou complementar seu salário. Além disso, de acordo com o relatório do Fórum Econômico Mundial sobre a ambição empresarial e inovação em 2015, essas empresas não são inovadoras e não esperam contratar muitos funcionários. Assim, o impacto gerado é limitado em termos de número de empregos criados e desenvolvimento de novos produtos e serviços.

Por outro lado, destaca-se que existem cerca de 45 milhões de brasileiros envolvidos em atividade empreendedora, isso demonstra um impacto positivo sobre o contexto socioeconômico do País.

Tendências ao longo do tempo

No Brasil, a taxa de empreendedores nascentes, aqueles que possuem um negócio entre 0 a 3 meses de idade, caiu de 5,7% em 2002 para 3,7% em 2014. Por outro lado, a taxa de propriedade de negócios, aqueles que possuem negócios de 3 a 42 meses de idade, aumentou de 8,5% em 2010 para 13,8% em 2014.

Em termos de motivação individual para iniciar um negócio, destaca-se que o crescimento econômico do Brasil e a expansão do mercado interno possibilitaram um aumento acentuado na proporção de empresários que começam um negócio para perseguir uma oportunidade, ao invés de necessidade. Passou 42,4% em 2002 para cerca de 71,0% em 2013 e 2014. A taxa de empreendedorismo motivados pela oportunidade, apresentaram-se da seguinte forma em outros países: Índia-60%, México-76,3%, China-65,7%, EUA- 81,5%, Alemanha- 75,7%.

Facilitadores e restrições

Na visão de especialistas, o empreendedorismo tem tido uma melhor aceitação por parte da população e uma maior propagação da atividade empreendedora no País. As iniciativas governamentais de apoio ao empreendedorismo têm resultado em efeitos positivos na atividade empresarial e cobertura da mídia de massa.

Várias organizações têm um papel importante neste processo e têm contribuído para a difusão da aceitação da cultura empresarial e do empreendedorismo entre a população. Em geral, o empreendedorismo é avaliado de forma positiva no Brasil, o que demonstra que os brasileiros geralmente estão dispostos a começar um negócio e que o empreendedorismo é parte do dia a dia para a população. Esses são elementos essenciais para o desenvolvimento de uma cultura empreendedora no País.

As políticas governamentais são avaliadas por especialistas tanto como um facilitador (24,8%) e, também, como uma restrição (62,9%), com uma clara predominância de avaliações negativas. 23,8% citaram os programas de governo como facilitadores do empreendedorismo. Eles mencionam positivamente iniciativas como a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, "Microempreendedor Individual" e, mais recentemente, o programa Startup Brasil e a expansão do "Simples Nacional". Essas iniciativas representam um progresso na redução da complexidade e nível de carga tributária e da burocracia envolvida na formalização das empresas.

Houve também uma melhora na formação dos funcionários públicos envolvidos no desenvolvimento de empresários e da informatização dos processos, mas ainda existe burocracia, ineficiência e corrupção, em certa medida, o que incentiva a informalidade e limita o crescimento das empresas.

O indicador “Educação e Formação" teve, de forma predominante, avaliações negativas, o que sugere a necessidade de um maior investimento na educação de qualidade. O aspecto positivo destacado está relacionado a um maior acesso ao ensino superior e técnico no País, por meio de financiamento como o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) e Programa Universidade para Todos (ProUni), e programas como o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec).

Outras iniciativas notáveis incluem programas oferecidos pelo Sebrae e projetos como o Programa Startup Brasil, o Empretec - Programa para Empresários e Futuros Empreendedores – e Minha Primeira Empresa, entre outros que estão agora em vigor e alcançam resultados positivos.

Desafios para o futuro

Há uma necessidade no Brasil para investimentos em educação de qualidade, com foco em melhores professores. Além disso, mecanismos que promovam a transferência de tecnologia dos centros de investigação para o mercado devem ser desenvolvidos. Existem mais chamadas para a melhoria das leis e processos de IP, para assegurar a transferência sistemática e justa de tecnologia e pesquisa.

Muitos programas foram lançados e estão tendo um efeito positivo. No entanto, estes programas ainda não satisfazem plenamente as necessidades dos empresários. Na opinião de especialistas, eles não são suficientemente visíveis ou não chegam em determinadas regiões, que os limita em dimensão e alcance.

Em geral, o apoio financeiro ofertado não satisfaz plenamente as necessidades dos empresários, limitando o potencial de criação e, sobretudo, o desenvolvimento de novos negócios. O desenvolvimento do capital de risco e formas alternativas de financiamento são soluções possíveis para o problema. No entanto, as instituições financeiras devem começar a oferecer crédito acessível aos projetos mais simples, ou seja, a maioria das empresas no País.

O empreendedorismo vem crescendo muito no Brasil nos últimos anos e é fundamental que cresça não apenas a quantidade de empresas, mas a participação delas na economia. Hoje as micro e pequenas empresas representam 99% de todas as empresas no País. De acordo com o Serviço de Apoio as Pequenas e Médias Empresas, há cerca de 9 milhões de micro e pequenas empresas no País que representam 27% do

Produto Interno Bruto (PIB), um resultado que vem crescendo nos últimos anos. Ressalta-se que os pequenos negócios também empregam 52% da mão de obra formal no País e respondem por 40% da massa salarial brasileira.

Fontes:

http://www.gemconsortium.org/country-profile/46

http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/mt/noticias/Micro-e-pequenas-empresas-geram-27%25-do-PIB-do-Brasil

http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Estudos%20e%20Pesquisas/Participacao%20das%20micro%20e%20pequenas%20empresas.pdf

http://www.smpe.gov.br/acesso_a_informacao/institucional

http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_micro_pequenasempresas.pdf

http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/51/54

http://www.mdic.gov.br/sistemas_web/aprendex/default/index/conteudo/id/240

http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Navegacao_Suplementar/Perfil/Micro_Pequena_e_Media_Empresa_e_Pessoa_Fisica/

http://www.portaldaindustria.com.br/cni/institucional/2015/05/1,1739/conheca-a-cni.html